

## APRESENTAÇÃO PRESENTATION

Eis que surge, tempestivamente, esta edição nº 31 da *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, com oportunas inovações, que nos aproximam do ideal buscado ao longo de suas quase duas décadas de existência. Agora quadrimestral, ela está inserida em mais de uma dezena de indexadores e bases de dados, tornando-se verdadeiramente um periódico cada vez mais respeitado e procurado, para leitura e para publicação, por pesquisadores do mundo jurídico.

São nove artigos de professores brasileiros e estrangeiros, avaliados pelo sistema *Double Blind Peer Review*, pelo qual autores e avaliadores são desconhecidos entre si. A série de artigos se inicia com *Licencias Obligatorias, la Producción Pública de Medicamentos y la Nueva Teoría de la Dinámica Inclusiva de Desarrollo Tecnológico*, da pesquisadora mexicana Prof<sup>a</sup> Dra. Marta Carolina Giménez Pereira, oriunda da Universidade Autónoma do México (UNAM) e atualmente lecionando na Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Segue-se *Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ): O Caso do Projeto de Lei N.º 3.842/2012 e a Tutela da Dignidade do Trabalhador*, das professoras Dra. Virgínia Soares Figueirêdo Alves Colares e Mestra Flora Oliveira da Costa, ambas da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), de Recife, PE.

Convidada, a Prof<sup>a</sup> Dra. Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr, coordenadora do PPGD em Direito Empresarial e Cidadania, do UniCuritiba, com o Mestre Marcelo de Souza Sampaio e o Mestrando Leonardo Sanches Ferreira, ambos da mesma instituição, brindam nosso leitor com *Princípios da Função Social e da Preservação da Empresa: Princípios Decorrentes da Ordem Econômica Constitucional*.

O Prof. Dr. Marcos Ehrhardt Junior e o Bel. Bruno Oliveira de Paula Batista, ambos da Universidade Federal de Alagoas, Maceió (AL), contribuem com *O Negócio Jurídico Processual Celebrado pela Pessoa com Deficiência e a Tomada de Decisão Apoiada*, entendendo ser perfeitamente possível a celebração desses negócios jurídicos por pessoa com tais limitações físicas, mediante a tomada de decisão apoiada.

Na sequência, o Prof. Dr. Sidney Guerra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Dra. Fernanda Figueira Tonetto abordam como o direito de ação pode contribuir para a tutela dos direitos humanos, entendendo que esse direito pode ser olhado como instrumental garantidor da existência de “um núcleo mínimo de direitos humanos, chegando mesmo a ser pensado como um direito universal”.

A Prof<sup>a</sup> Dra. Priscilla Camargo Santos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR) e o Mestrando João Daniel Vilas Boas Taques, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, analisam as excludentes de responsabilidade previstas no Tribunal Penal Internacional, como a enfermidade mental e a legítima defesa,

ênfatizando que tais excludentes são pouco aplicáveis no histórico do Direito Internacional Penal.

Com *Il diritto Fraterno e il Paradosso dei Beni Comuni dell'Umanità*, a Prof<sup>a</sup> Dra. Sandra Regina Martini, coordenadora do PPGD da UniRitter, em Porto Alegre (RS) e o insigne docente italiano Prof. Dr. Francesco Rufino, que tem exercido o magistério superior em diversas universidades europeias e sul-americanas, concluem que se dever retornar à equivalência entre a fraternidade e a não violência, bem como à consciência da imprescindibilidade do vínculo entre irmãos e oprimidos.

O Prof. Dr. William Paiva Marques Júnior, da Universidade Federal do Ceará, estuda o momento da UNASUL ante a suspensão da Venezuela do Mercosul e conclui que para um futuro emancipatório e inclusivo nesse país deve propor-se “mais diálogo, uma democracia aberta à participação cidadã e um governo atento, acessível e sensível aos clamores sociais”.

Por fim, analisando a necessidade de preservação das áreas úmidas, o Prof. Dr. Carlos Teodoro José Hugueneu Irigaray e a Mestranda Fernanda Ribeiro Darold, ambos da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá (MT), enfatizam sua importância na manutenção da biodiversidade, como mecanismo de efetivação do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, vital para as futuras gerações.

Ademais, o leitor poderá verificar que esta edição da *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas* mantém a saudável e necessária exogenia, tendo todos os artigos autores dos diversos Estados brasileiros e outros países, escritos em português, em espanhol e em italiano, possibilitando um trabalho rico de pesquisas. A eles e elas, como aos pareceristas, os nossos efusivos agradecimentos.

Desejamos uma ótima leitura!

Inverno de 2018.

Prof. Dr. Florisbal de Souza Del'Olmo  
Prof. Dra. Rosângela Angelin  
Conselho Editorial